

Caminhos possíveis para o conhecimento

Autor: Marciel Evangelista Cataneo¹

Neste texto, você estudará, brevemente, alguns caminhos possíveis sobre o conhecimento, desenvolvidos pelos modernos René Descartes e sua perspectiva racionalista, Hume e sua ótica empirista, e Kant e a proposta criticista.

Seção 1

Descartes e o Racionalismo

Uma das principais características do pensamento moderno é a consideração do sujeito racional como fundamento para o conhecimento e o reconhecimento da atividade cognoscente, como o princípio que constitui e ordena o mundo objetivo. O filósofo René Descartes (1596-1650), conhecido como fundador do racionalismo moderno, considera que apesar da possibilidade inegável de se obter informações dos corpos por meio dos órgãos dos sentidos, **a essência dos corpos é acessível somente pela razão.**

É o caso do conceito de extensão. Podemos definir um corpo qualquer como uma coisa extensa. As características como forma, cor, odor, textura, não servem para definir este corpo, pois elas não permanecem nele. No entanto, a extensão sempre permanece como seu atributo, visto que todo corpo a tem.

Veja o exemplo:

Considere um ramalhete de rosas brancas esquecido sobre a mesa. Ao cabo de dez dias, suas características se alteraram, mas mesmo mudando a forma, a cor, o cheiro etc., é possível continuar afirmando que estamos diante de uma determinada **extensão** ou de determinada quantidade de matéria orgânica vegetal.

Alguma coisa se conservou. Se absolutamente nada se conservasse, se tudo mudasse a todo o instante, o conhecimento seria impossível. O que se conservou, no caso do ramalhete de flores, foi justamente a extensão, visto que é um conceito e não uma simples imagem.

Observe que o ramalhete de flores tem sua extensão alterada a cada dia, mas a extensão não desaparece. Pensa Descartes que a extensão dos corpos não decorre da percepção sensorial, mas somente pode ser captada pelo entendimento.

¹ Texto originalmente publicado em: Teoria do conhecimento : livro didático / conteudistas, Alexandre de Medeiros Motta, Gabriel Henrique Collaço, Marciel Evangelista Cataneo, Vilson Leonel ; design instrucional Eliete de Oliveira Costa. – Palhoça : UnisulVirtual, 2013.

Os corpos materiais se transformam constantemente e os sentidos captam desses justamente as características que não permanecem, enquanto a razão capta as noções essenciais refletidas nas coisas concretas. Para Descartes, a Matemática é considerada a base do conhecimento científico porque essa “ciência precisa, rigorosa” é a que melhor nos apoiaria no conhecimento da natureza.

Para Descartes, ser humano é uma junção de:

- um corpo (*res extensa*),
- e uma alma (*res cogitans*²).

A *res extensa* refere-se à extensão do corpo e nisso os seres humanos são como as coisas em geral. A *res cogitans* refere-se à alma, que é a parte pensante do ser humano, diferindo, então, das coisas e dos outros animais.

Esse pensador defende que **os dados obtidos pelos sentidos são imprecisos demais** para serem tomados como base do conhecimento científico. Já os conhecimentos obtidos pela via do raciocínio lógico, sobretudo o matemático, são racionalmente demonstráveis, precisos, universais e seguros para sustentar a Ciência.

Os aspectos próprios dos objetos, como forma, textura, cor etc., são retirados diretamente dos objetos ou das ações humanas sobre esses, mas eles não são suficientes para explicar as relações que estabelecemos quando conhecemos. Os conceitos dos quais não temos referência sensível, como é o caso dos princípios da Física e da Matemática, as ideias de extensão, infinitude, unidade, número, espaço, tempo, causalidade etc., somente são alcançados com a atividade racional.

Descartes iniciou sua investigação sobre o conhecimento examinando se suas opiniões eram verdadeiras ou se eram meras ilusões, partindo da identificação do erro, por meio da radicalização da **dúvida**.



Qual é a origem do erro? Por que algumas pessoas erram e outras acertam? Por que uma mesma pessoa ora acerta, ora erra? Seria possível acertarmos sempre?

Sim, responderia Descartes. Para tanto, precisamos reconhecer que a fonte de nossos erros é a falta de um método perfeito e definitivo, que nos conduza ao conhecimento verdadeiro e não nos deixe sucumbir ao erro, pela precipitação e pela prevenção.

As pessoas erram porque se **precipitam**, não observam e não refletem pausadamente sobre aquilo que desejam conhecer. Se o fizessem, então, seriam capazes de encontrar os aspectos do objeto que não comportam nenhuma dúvida,

² *Res cogitans* significa literalmente “coisa pensante”.

ou seja, poderiam encontrar as evidências. A partir dessas **evidências**, seria possível conhecer o objeto, mas as pessoas costumam emitir juízos superficiais e tirar conclusões aligeiradas acerca da realidade, e assim, perdem-se dele.

Também as pessoas erram por **prevenção**, isto é, apegam-se a preconceitos e opiniões ingênuas e, antes mesmo de abordar o objeto do conhecimento, acreditam saber algo sobre ele, deixando, assim, de continuar investigando a realidade.

Porém, uma vez que seja aplicado corretamente o **método perfeito**, é possível confiar na veracidade do conhecimento obtido por meio dele.

Mas qual seria este método?

O próprio Descartes responde: [...] assim, em vez desse grande número de preceitos de que se compõem a lógica, julguei que me bastariam os quatro seguintes, desde que tomasse a firme e constante resolução de não deixar uma só vez de observá-los. O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que não conhecesse evidentemente como tal [...], e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, [...] E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1973, p. 37).

Portanto, o método cartesiano consiste em estabelecer uma evidência a partir da dúvida, realizar o exercício da análise e da síntese, assim como da enumeração/revisão. Esses são os procedimentos que, segundo o filósofo, conduzem os homens ao conhecimento seguro e científico.

Para Descartes, somente podem ser aceitas como verdadeiras as proposições que se apresentarem à razão como indubitáveis. Portanto, é necessário antes submeter todo conhecimento à dúvida, exatamente para descartar o que não resiste a ela. Observe que o primeiro passo do método cartesiano é a dúvida.



A dúvida cartesiana é a dúvida metódica, isto é, utilizada como meio para testar o conhecimento e separar o válido do inválido, o verdadeiro do falso.

É uma dúvida que coloca em cheque as sensações, as opiniões e os pensamentos, a fim de encontrar as evidências e não para negar a possibilidade do conhecimento.

Considere a seguinte situação, que lhe permite refletir sobre a importância da dúvida para conhecermos.

Imagine que você e seus colegas de curso estão conversando a respeito das aulas e o tema é a relação entre o desempenho dos professores e a aprendizagem dos alunos. O diálogo poderia ser mais ou menos o que segue:

Aluno 1 – Quando o professor explica bem a matéria, a gente não fica com dúvidas e consegue se sair bem na prova. Quando o professor fica em dúvida, a gente não confia no que ele está ensinando.

Aluno 2 – Mas tem professor que explica bem a matéria e nem sempre responde às perguntas que a gente faz, às vezes ele também não sabe a resposta. Assim, a gente tem que perguntar para os colegas, pesquisar e tentar responder sozinho.

Aluno 1 – Isso é muito chato, a gente pensa, pensa e fica sem saber qual é a resposta certa. Ora, professor bom é aquele que não deixa a gente com dúvidas. Você pensa que a dúvida do aluno deve ser sempre sanada e a dúvida do professor sempre ocultada?

Será que a ausência da dúvida é sempre sinal de aprendizagem e de conhecimento? Reflita a respeito.

O racionalismo cartesiano teve críticos de valor, como o filósofo John Locke (1632-1704), considerado o maior representante do empirismo inglês. Para Locke, o conhecimento é a percepção da ligação, do acordo e do contraste entre a ideia e a coisa. Essa conformidade entre ideia e coisa, para o Empirismo, somente é possível por meio da experiência empírica.

Saiba um pouco mais sobre o Empirismo, em função das ideias de John Locke. Para o Empirismo, o objeto é, em última análise, o que determina o conhecimento, e por mais que nossa mente seja habitada por ideias diversas, **nada existe na razão que não tenha antes passado pelos sentidos.**

O Empirismo afirma que os seres humanos nascem com a mente vazia. A partir das primeiras experiências que temos é que surgem as primeiras ideias, que nada mais são do que representações das coisas concretas, percebidas por meio dos órgãos dos sentidos e acumuladas desde o nascimento.

Segundo o filósofo empirista John Locke, a partir do contato físico com os objetos, a mente transforma os dados obtidos em **ideias simples**. Por exemplo, você vê um livro sobre a mesa, fecha os olhos e percebe que guardou **uma imagem mental idêntica do que viu**. Bem, essas ideias simples vão sendo

combinadas pela própria atividade racional e vão formando outras que são denominadas **complexas**. Assim é sucessivamente, até que se possa chegar a ideias com alto grau de complexidade lógica. Mas, por fim, tudo o que habita a mente humana, de alguma forma, tem sua origem na experiência concreta.

Seção 2

Hume e o Empirismo

Outro conhecido empirista é David Hume (1711-1776). Para esse filósofo, a fonte do conhecimento é a **percepção** e a associação mental das ideias que dela decorrem.



Mas você sabe o que é percepção?

As **percepções são ocorrências mentais** e podem ser de duas classes, que se diferenciam entre si pelo grau de vivacidade com que se apresentam ao sujeito do conhecimento. São elas:

- as impressões ou sensações;
- as ideias.

As **impressões** são consideradas mais vivas e imediatas, pois penetram com mais força e evidencia na consciência. Por exemplo:



Quando vamos à sauna, sentimos em nosso corpo o calor do vapor e o choque térmico da ducha fria, essas são sensações externas.

Mas também é possível ter sensações internas, como um sentimento de ciúmes, que se for forte pode ser avassalador para o corpo e o pensamento.

Essas são impressões ou sensações que **se dão ao sujeito sem que ele pense nelas**, elas não obedecem a qualquer lógica, e toda conclusão que decorre delas são suposições, probabilidades.

Já as **ideias** nada mais são do que **cópias das impressões**, pois são consideradas as percepções mais fracas da mente.

Retomando o exemplo anterior:

Estando na sauna, podemos lembrar das sensações que nos causou quando estávamos em casa, podemos antecipá-las pela imaginação, ou podemos até explicar a sauna como um fenômeno físico-químico, porém, essas lembranças ou representações mentais jamais terão a força da sensação original, do fenômeno vivenciado.

O mesmo ocorre quando lemos um poema de amor e traição e nos lembramos do sentimento de ciúmes, não é possível dimensionar a diferença de intensidade que há entre um e outro.

Preste atenção nas seguintes palavras de Hume.

À primeira vista, nada parece mais ilimitado do que o pensamento humano [...] examinando o assunto mais de perto vemos que em realidade ele se acha encerrado dentro de limites muito estreitos e que o poder criador da mente se reduz à simples faculdade de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência [...] Em resumo, todos os materiais do pensamento derivam da sensação interna ou externa; só a mistura e composição dessas dependem da mente e da vontade. (HUME, 1992, p.70).

Para Hume, toda a nossa atividade mental consiste em fazer associações de percepções derivadas da experiência. A mente parte de ideias simples, oriundas das impressões sensíveis, e, por meio de operações associativas, dá origem a outras complexas.

A possibilidade de combinações de ideias é tão grande que pode nos levar a crer que algumas nada têm a ver com a experiência concreta. De fato, há ideias obtidas pela aplicação do raciocínio, pelas construções das relações lógicas que não necessitam de experiência prévia e não podem ser verificadas no mundo concreto. É o caso da Lógica e da Matemática.

Os verdadeiros objetos de conhecimento da razão não são aquilo que percebemos, mas as relações entre as coisas que percebemos. Elas se dividem em:

- relações de ideias;
- relações ou questões de fato.

Essas relações ou associações não são aleatórias, mas seguem alguns princípios universais de associação. As primeiras, as relações de ideias, englobam as proposições cujas relações acontecem unicamente entre ideias, sem existirem de fato na natureza (são números, formas geométricas, fórmulas matemáticas etc.).

Essas relações seguem princípios de:

- semelhança;
- contrariedade;
- graus de qualidade;
- quantidade ou número.

É possível realizar longos raciocínios a partir delas sem se alterarem, porque não dependem dos fenômenos concretos. São proposições consideradas certas por demonstração lógica e por intuição, independentemente do nível de complexidade a que são levadas, conservam sempre sua exatidão, produzindo um conhecimento universal e logicamente necessário, e, por isso mesmo, não podem ser obtidas por meio de experiência concreta, já que toda experiência é particular. Portanto, essas relações entre ideias não tratam do conteúdo do mundo.

As segundas, **relações ou questões de fato**, englobam as relações que descrevem os acontecimentos concretos, e essas não estão sujeitas às regras lógicas, apenas se revelam, da forma como são percebidas, no momento da experiência vivida. Essas relações seguem princípios de **semelhança**, **contiguidade** (no tempo e no espaço) e **causa e efeito**.



Contiguidade: que está próximo, é adjacente, que avizinha.

O **princípio da semelhança** faz com que, ao vermos um objeto, imediatamente nos remetamos a outro que lhe é semelhante. Por exemplo, quando um caipira na cidade grande visita um jardim botânico e lembra de seu sítio, ou quando o vinho derramado na camisa lembra ao médico uma mancha de sangue.

O **princípio de contiguidade** faz com que, ao vermos um objeto, automaticamente venha à mente outro objeto que lhe é contíguo. Por exemplo, quando vemos alguém se ferir gravemente, logo imaginamos a dor que deve estar sentindo, ou então, quando visitamos um apartamento de um prédio logo imaginamos os outros apartamentos.

O **princípio de causa e efeito** nos leva a relacionar o que antecede e o que sucede um objeto observado. Por exemplo, quando um médico legista investiga a causa da morte de alguém, analisa o ferimento e imagina que instrumento pode tê-lo causado, ou, quando alguém nos diz que derramou água fervente sobre a mão, imediatamente supomos que deve ter ocorrido uma queimadura.

No entanto, a relação de causa e efeito que o homem julga perceber na natureza é fruto da indução, que não garante a permanência das coisas. Para Hume (1992), a causalidade somente existe no pensamento e é decorrente do hábito. Nada existe na experiência concreta que garanta esta relação. Hume (1992) chama atenção para os equívocos que o **hábito** pode produzir.

O fato de um fenômeno acontecer muitas vezes faz com que o homem se acostume com ele e passe a esperar que ele se repita; assim, cria-se o hábito.

Todas as vezes que uma pedra é jogada para cima, ela cai, o homem já se acostumou a ver esse fenômeno em toda sua vida, mas disso não decorre que este fenômeno ocorrerá sempre. Pode ser, quem sabe, que um dia ela não caia.

Podemos supor, por exemplo, que daqui a algumas centenas ou milhares de anos, as condições atmosféricas mudem e a Lei da Gravidade seja negada. A certeza no que é observado é consequência de nosso treinamento, desde a infância, em decifrar e classificar as mensagens do meio ambiente, para nossa adaptação e sobrevivência neste meio.

Avisa Hume (1992) que o hábito pode nos levar a conclusões precipitadas sobre as coisas e suas relações.

Se todo conhecimento se origina das percepções, algumas de impressões sensíveis e particulares e que não servem como referência universal e outras de ideias complexas que não derivam da experiência concreta, então o conhecimento humano não é certo, mas **apenas provável**. Para Hume (1992), certo seria se admitíssemos que, realmente, **não conhecemos nada**.

Observe que Hume (1992) nos apresenta uma crítica ao método indutivo. Ele afirma que não é possível justificar nenhuma das verdades obtidas por indução. O fato de o homem presenciar fenômenos que se repetem não significa que ele pode inferir que os fenômenos sempre ocorrerão da mesma maneira. Pela indução a partir de ocorrências particulares, não é possível fazer juízos universais, visto que não é possível experimentar o universal, apenas o particular e específico.

Refleta!

Pense no seu conhecimento sobre as cores. Certamente você conhece diversas cores e em diversos matizes. Imagine que entre tantas cores que você conhece não está o vermelho; ou seja, hipoteticamente falando, você simplesmente nunca viu o vermelho.

Agora imagine que lhe fosse apresentada uma escala de diversos matizes de vermelho, do mais fraco para o mais forte, porém, faltando um dos matizes.

O que vai ocorrer é uma distância maior entre aqueles dois matizes contíguos, em que falta um mais do que entre os outros matizes da escala.

Você pensa, mesmo sem conhecer a cor vermelha, seria possível identificar a falta de um matiz na escala de vermelho? Refleta a respeito.



Segundo Hume sim, visto que a mente humana é capaz de identificar a descontinuidade e tentar, idealmente, suprir a falta percebida.

Seção 3

Kant e o Criticismo

Kant (1724-1804) é conhecido como um dos mais rigorosos filósofos de todos os tempos. No que se refere à Teoria do Conhecimento, pode-se dizer que a sua filosofia ao mesmo tempo em que critica as teorias anteriores (Empirismo inglês e Racionalismo cartesiano), de certa forma, aglutina os seus aspectos mais importantes.

Kant, ao contrário do Empirismo, considera a existência de ideias *a priori*, ou seja, antes da experiência.

De modo diferente do Racionalismo de Descartes, nega que possa haver conhecimentos seguros que tenham origem na metafísica, no plano divino, em Deus – pois afirma que desses assuntos não pode haver provas, de modo que tudo pode ser afirmado.

Considera que o **fenômeno vivenciado** é fonte necessária de conhecimento, ao contrário do Racionalismo, mas não que seja a única fonte, ao contrário do Empirismo.



Segundo Kant (1996), o conhecimento inclui o mundo físico percebido sensivelmente e as faculdades mentais do sujeito cognoscente, no contexto de uma experiência.

A **experiência** é o momento em que o sujeito atinge sensivelmente o objeto e intui a sua existência. Ela é fundamental para o conhecimento, nutre o entendimento e provoca a imaginação e as operações mentais do sujeito. De modo geral, o conhecimento começa com a experiência.

No entanto, não se tem certeza da existência do mundo, exatamente como ele é, visto que a experiência não nos permite conhecê-lo, em si. Tudo o que chega do mundo físico ao sujeito é o que consegue passar pelos seus sentidos e suas faculdades cognitivas. Aqui está uma questão que interessa a Kant (1996). Ele está menos interessado na constituição da realidade do mundo físico do que nas **operações mentais e faculdades do conhecimento do sujeito que conhece**.

A **participação do sujeito** é fundamental no processo do conhecimento, visto que **as categorias de análise da realidade**, pelas quais ela se torna conhecida, **estão no sujeito**, são forjadas em sua mente, que é abastecida pelo mundo percebido por meio dos sentidos. O meio pelo qual o mundo é percebido, as ferramentas de organização da experiência externa e interna são, para Kant, puras, *a priori*, e é a elas que ele se dedica especialmente.

Ele identifica **quatro faculdades do sujeito**, pelas quais é possível produzir o conhecimento. São elas:

- sensibilidade/intuição;
- imaginação;
- entendimento;
- razão.

Segundo Kant (1996), a **sensibilização** é a capacidade de obter representações a partir do modo diverso como o objeto nos afeta. E a sensação é justamente o efeito que o objeto produz sobre os órgãos dos sentidos e sobre a capacidade de representação do sujeito. Isso significa que a experiência com o objeto exige condições *a priori* de sensibilização, capacidade de representação imediata do sujeito.

Nesse sentido, Kant afirma que os objetos aparecem para nós em função de como esses afetam nossos sentidos.

Kant (1996) chama de **intuição** o modo como o conhecimento se refere imediatamente ao objeto.

A **imaginação** é entendida como uma faculdade intermediária entre a sensibilização e o entendimento e se refere à capacidade de representar o objeto mesmo quando ele não está presente. É a capacidade de representação de um objeto intuído, mediante um conceito, o que significa que, pela imaginação, é possível fazer uma síntese da multiplicidade das coisas percebidas, ou dadas pela intuição.

O **entendimento** é o que opera as categorias e princípios *a priori* que vão permitir realizar a síntese do múltiplo experimentado em conceitos universais. É ele que dá unidade ao trabalho das faculdades anteriormente citadas.

Conforme Morente (1970, p. 229), conceito para Kant é uma unidade mental dentro da qual estão compreendidos um número indefinido de seres e de coisas. Portanto, é universal e não pode ser atingido pela sensação que somente nos mostra a multiplicidade de coisas. Por exemplo, os diversos homens concretos e o conceito único de homem.

O **entendimento** é o que opera as categorias e princípios *a priori* e que vão permitir realizar a síntese do múltiplo experimentado em conceitos universais. É ele que dá unidade ao trabalho das faculdades anteriormente citadas.

Finalmente, a **razão** é faculdade que, por natureza, em nada se refere à experiência, mas ao próprio processo do entendimento. A razão faz, praticamente, a mesma tarefa do entendimento, mas não lida com as representações intuídas e a organização de conceitos. A razão lida antes com as

regras que dão unidade a essas representações e aos conceitos. É a razão que dá unidade às regras do entendimento. Por meio de sínteses internas, a razão pode chegar aos seus próprios princípios, que são ideias puras.

Para Kant (1996), o conhecimento produzido sobre o mundo interno e externo é expresso pelo sujeito que conhece, por meio de juízos. Os juízos são frases formadas por um sujeito do qual se declara algo e por um predicado que é aquilo que se diz do sujeito.

Segundo Kant (1996), esses juízos podem ser:

- analíticos ou
- sintéticos.

Os **juízos analíticos não dependem da experiência**, estão ligados aos conceitos e são juízos *a priori*. Nesse caso, o predicado já está contido no sujeito, ou seja, basta saber quem é o sujeito para saber, antes de qualquer experiência, o predicado que se aplica a ele.

Veja o exemplo:

Quando pronuncio a frase: “Nos dias em que neva faz frio”, o predicado, que é o “faz frio”, já está contido em “Nos dias em que neva”, que é sujeito da oração. Observe que o atributo “frio” já está contido, implícito, no conceito “neve”.

Portanto, os juízos analíticos *a priori* não acrescentam nada de novo ao conhecimento.

Os **juízos sintéticos**, pelo contrário, necessitam das informações intuídas pela sensação para juntá-las, sintetizá-las.

São juízos ***a posteriori***. Eles acrescentam ao sujeito da oração um predicado novo, que lhe acrescenta uma qualidade, não incluída no sujeito. Retomando o exemplo anterior para transformá-lo em um juízo sintético *a posteriori*, ficaria assim:



“Nos dias em que neva é preciso usar agasalhos”.

Nesse caso, o predicado não está previamente dito no sujeito, pois se não houver a experiência de sentir frio em dias de neve, não é possível afirmar aquele predicado.

Há, também, os juízos sintéticos *a priori*. Ocorrem porque os juízos sintéticos que dependem da experiência, que são *a posteriori* (como foi explicado no parágrafo anterior), são universalizados e tomados como leis da natureza. Kant considera que os juízos sintéticos *a priori*, apesar de ligados aos conceitos e às sensações não estão limitados à experiência, por isso, são universais e necessários. Esses são os juízos mais adequados às proposições científicas. Pode-se dizer que, com esses juízos, Kant junta razão e experiência.



Saiba mais sobre os juízos kantianos!

Em todo **juízo analítico**, o predicado é tal que esse “pertence” ao sujeito, está contido no sujeito em função da própria constituição do sujeito. Ex.: Todo ser humano é mortal. Veja que o predicado ‘mortal’ faz parte do sujeito ‘ser humano’. Outro exemplo: Todo triângulo tem três lados. Veja que no sujeito ‘triângulo’ já está presente a ideia do que é dito no predicado ‘ter três ângulos’. Nesse tipo de juízo, podemos reconhecer a verdade ou falsidade do juízo, independentemente da experiência e fundamentalmente a partir da análise do próprio juízo. Todo juízo analítico é considerado uma tautologia porque, de certo modo, repete no predicado o que já foi dito no sujeito. Nesse sentido, todo juízo analítico é considerado sempre verdadeiro, necessário e universal. Contudo, eles não nos proporcionam um conhecimento ‘novo’ sobre a realidade.

Os juízos analíticos são ditos *a priori* porque sua verdade ou falsidade independem de experiência.

Nos juízos sintéticos, o predicado é tal que não “pertence” ao sujeito, isto é, o predicado não está contido no sujeito. Porém, o predicado pode ser dito sobre o sujeito, isto é, podemos atribuir tal predicado ao sujeito. Veja um exemplo: Sócrates está sentado. Veja que o predicado ‘sentado’ não faz parte da constituição do sujeito ‘Sócrates’, mas é algo que podemos expressar sobre a condição do sujeito. Esse é um juízo sintético ***a posteriori***, porque a verdade desse juízo depende de certa ‘experiência’, depende da nossa experiência para podermos dizer se ele é verdadeiro ou falso. Observe o caráter cambiante de veracidade desse juízo, da possibilidade, pois uma hora Sócrates pode estar sentado e em outra não.

Nos **juízos sintéticos *a priori***, propomos um conhecimento independentemente da nossa experiência, atribuindo um predicado que não está dito no próprio sujeito. Esses juízos também expressam algo necessariamente verdadeiro ou necessariamente falso. Veja um exemplo: “a linha reta é a distância mais curta

entre dois pontos”. Nesse tipo de juízo o sujeito (reta) e o predicado (pontos) se referem a duas entidades distintas, o predicado não está contido no conceito do sujeito, mas podemos ‘intuir’ essa lei de modo racional, independentemente da experiência. Esse juízo sintético a priori acima expressa uma lei (matemática), verdadeira em todas as localidades, lugares e épocas, independentemente da experiência de alguém.

A Filosofia de Kant influenciou a ciência moderna até os dias atuais, pela sua crítica às teorias do conhecimento anteriores, que polarizaram a discussão moderna sobre o conhecimento, pela sua própria explicação de como ocorre o conhecimento e pelo brilho e pela genialidade da lógica interna de seu pensamento.

Referências

DESCARTES, René. **Discurso do método**. [Os pensadores], São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. [Os pensadores], São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. [Os pensadores], São Paulo: Nova Cultural, 1996.